

SISTEMA MIGRATÓRIO BRASIL-PORTUGAL: BREVE HISTÓRICO E ESPECIFICIDADES ATUAIS

Temática: Población, género e identidad
Aline Lima Santos
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do
Departamento de Geografia
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo
aline.lisan@gmail.com

Historicamente Brasil e Portugal configuraram um sistema migratório no qual o segundo se comportou predominantemente como emissor de pessoas, enquanto o primeiro como receptor. Grande parte dos deslocamentos se deu no interior da mesma unidade política em contexto de conquista, dominação e exploração. Após a independência, apesar da profunda alteração do seu status geopolítico, o Brasil continuou recebendo pessoas provenientes de Portugal, que, entretanto, passaram de colonos a imigrantes, consolidando-se como grupo estrangeiro numericamente mais importante no país. A dinâmica desse sistema sofreu mudança significativa a partir dos anos 1980 até o fim dos anos 2000, fase em que os deslocamentos de brasileiros para o território luso foram majoritários. Em um primeiro momento migraram brasileiros descendentes de portugueses, pertencentes a classe média e que possuíam elevado grau de instrução. Eram sobretudo profissionais da saúde (como médicos, dentistas e enfermeiros), de setores ligados a informática e ao marketing. Também havia elevada proporção de cônjuges brasileiros de portugueses que optaram pelo retorno ao país de origem. Posteriormente, a migração brasileira foi avolumando-se. Os vínculos de ancestralidade tornaram-se menos relevantes, enquanto a migração laboral, em especial para trabalhos precários e de baixa remuneração, evidenciava a transformação do perfil dos migrantes. Desde meados da primeira década do século XXI assiste-se a uma reconfiguração destes fluxos populacionais. Tem havido recentemente o aumento do retorno de brasileiros de Portugal para o Brasil bem como da emigração de portugueses, além dos fluxos de brasileiros para Portugal apresentarem diminuição. Compreender esta nova realidade é a tarefa a que se pretende colaborar a partir da premissa de que os movimentos internacionais de pessoas seguem linhas de forças geopolíticas, afirmando-as ou desafiando-as. Interessa verificar de que modo os imigrantes brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil sustentaram no passado e nos dias atuais as relações entre estes países. Analisa-se especialmente quais as consequências das transformações recentes para pessoas portuguesas no Brasil e brasileiras em Portugal cujas trajetórias migratórias foram realizadas a partir de 2000. Examinar como os migrantes se inserem no país de acolhimento, considerando sua distribuição, o uso que fazem do território e os seus impactos constituem o desafio proposto.

Palavras-chave: Sistema migratório, Brasil, Portugal.

INTRODUÇÃO

Cada fase da história conhece arranjos de fluxos populacionais que lhe são próprios e que se originam de diferentes condições, bem como sintonizam causas e consequências de forma complexa, tanto no que diz respeito aos lugares de partida, como aos lugares de destino (SANTOS, A. L. 2010; SANTOS, M. 2002). Por isso, apesar de recorrente como objeto de estudo nas ciências humanas e sociais, o fenômeno migratório não se esgotou. Ao contrário, ele é objeto de preocupações e polêmicas que caracterizam o mundo no passado e hoje.

Um dado geográfico do funcionamento da economia política internacional é a produção de padrões de fluxos migratórios. Evidências empíricas e discussões teóricas atestam que não há aleatoriedade nestes movimentos. Nas palavras do geógrafo Glenn Trewartha (1974, pp. 166, 167),

“as migrações são específicas e particulares a certos continentes, países, regiões, localidades e cidades (...) o processo de migração é seletivo”.

A seletividade e o padrão autorizam a identificação de sistemas migratórios. Para fins desta análise, quando há um padrão regular de trocas de pessoas entre áreas específicas que perduram no tempo, há um sistema migratório (CASTLES, 2005). Porém, reconhecer um sistema migratório coloca o desafio de incorporar preocupações com as desigualdades de poder, a ação individual, a diversidade e complexidade do comportamento humano, dentre outros fatores, que mostram que a existência de um sistema não significa passividade e previsibilidade das migrações (BAKEWELL, de HAAS, & KUBAL, 2011).

Diante do exposto, afirma-se a existência de um sistema migratório formado entre Brasil e Portugal ainda no século XVI e que perdura até os dias atuais, sendo entretanto renovado ao longo da história. Pretende-se neste artigo observar como esse sistema se configurou, suas transformações, e suas principais características contemporâneas.

No que diz respeito as vertentes do fenômeno migratório, pode-se identificar fases distintas dos movimentos de pessoas. Tradicionalmente, desde a colonização do Brasil até meados dos anos 1970, foi muito superior o número de portugueses que se estabeleceram no Brasil do que o número de brasileiros que se estabeleceram em Portugal. O deslocamento de pessoas entre esses países foi acompanhando as novas dinâmicas do espaço geográfico e da economia política internacional.

A partir do século XVI a colonização portuguesa na África, na Ásia e na América teve fortes repercussões demográficas. Merece destaque a solidificação da emigração como elemento estrutural da sociedade portuguesa por, pelo menos, quatro séculos. É principalmente com o início da colonização do Brasil que o fenômeno da emigração adquire relevância sem precedentes em Portugal e torna-se permanente.

Embora apresente oscilações conjunturais, como por exemplo, o acréscimo instigado pela descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais, ou o decréscimo no contexto das duas grandes guerras, e diferentes formas ao longo do tempo como a de conquista, de colonização ou mobilidade de mão-de-obra, a emigração destaca-se em um grande período da história portuguesa como a mais importante vertente dos movimentos migratórios desse país, superando os movimentos internos e as imigrações em termos absolutos e relativos (ROCHA-TRINDADE, 1986; RODRIGUES, 2009).

A transformação da característica secular do sistema migratório em análise, em que o Brasil era qualificado como país de imigração e Portugal como país de emigração, ocorreu na década de 1980. Evidentemente, esta mudança é sintoma de inúmeras transformações pelas quais estes países e o mundo passaram naquela fase da história. A crise política e econômica enfrentada pelo Brasil e a entrada de Portugal na hoje chamada União Europeia são circunstâncias que merecem atenção na explicação da inversão dos fluxos migratórios.

Em um primeiro momento, nesta nova fase, migraram brasileiros descendentes de portugueses, pertencentes a classe média e que possuíam elevado grau de instrução. Eram sobretudo profissionais da saúde (como médicos, dentistas e enfermeiros), de setores ligados a informática e ao marketing. Também havia elevada proporção de cônjuges brasileiros de portugueses que optaram pelo retorno ao país de origem.

Posteriormente, a migração brasileira foi avolumando-se. Os vínculos de ancestralidade tornaram-se menos relevantes, enquanto a migração laboral, em especial para trabalhos precários e de baixa remuneração, evidenciava a transformação do perfil dos migrantes.

Desde meados da primeira década do século XXI assiste-se a uma reconfiguração destes fluxos populacionais, resultado das transformações na economia política global. O modelo de modernização adotado por Portugal tem dado sinais de evidente esgotamento após a crise financeira internacional a partir de 2008. O Brasil, por sua vez, manteve o crescimento e desenvolvimento econômico de modo satisfatório em uma conjuntura internacional desfavorável, logrando inclusive diminuir a pobreza extrema e aumentar a classe média, entendida em termos econômicos. Nesta conjuntura tem havido recentemente o aumento do retorno de brasileiros de Portugal para o Brasil bem como da emigração de portugueses, além dos fluxos de brasileiros para Portugal apresentarem diminuição.

Este trabalho apresenta uma síntese diacrônica do sistema migratório formado entre Brasil e Portugal. Para compreender a fase mais recente destes movimentos populacionais são apresentados resultados parciais de pesquisas realizadas tanto no Brasil, especialmente em São Paulo, como em Portugal, especialmente em Lisboa. Foram realizadas 45 entrevistas com imigrantes que efetivaram seus projetos migratórios a partir do ano de 2000 e que moravam no país receptor há pelo menos um ano. Uma vez encontrados participantes iniciais condizentes com este perfil, pedia-se indicação de pessoas para serem novos participantes, os quais deviam adequar-se aos critérios já mencionados. A análise aqui esboçada dos dados obtidos decorre de abordagem qualitativa de 10 entrevistas com portugueses no Brasil e 10 entrevistas com brasileiros em Portugal, selecionadas do total das 45 entrevistas realizadas nestes países, as quais ainda estão sendo tabuladas e interpretadas. Utiliza-se, quando conveniente dados quantitativos disponibilizados principalmente pelo Instituto Nacional de Estatística Português (INE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A FORMAÇÃO DO SISTEMA MIGRATÓRIO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

A definição de Portugal enquanto estado territorial, precocemente conquistada a partir do século XII, foi seguida pela concentração de seus esforços e seus recursos no alargamento das conquistas. Isso é demonstrado pela incorporação do Algarve no século XIII, e dos “descobrimientos” a partir do século XV.

A causalidade da localização geográfica na história de Portugal é evidente. As disputas com os vizinhos espanhóis, a leste, e as amplas possibilidades oferecidas pelo Atlântico, a oeste, levaram a que os governantes territorialistas portugueses se lançassem à expansão marítima. Portugal tornou-se um poder marítimo pioneiro, iniciando a apropriação política de espaços extra-europeus e o processo de contorno do mapa do mundo, finalizado cerca de quatrocentos anos depois (MACKINDER, 2011).

Os feitos de Portugal, contudo, não teriam sido possíveis sem a articulação com Gênova, pelo financiamento dos poderosos banqueiros mercantis desta cidade estado italiana. Portugal e Gênova estabeleceram entre si a simbiose necessária para promover, supervisionar e beneficiar-se da expansão territorial e mercantil (ARRIGHI, 1996).

Tabela 1

Entrada de portugueses no Brasil de 1581 a 1991

<u>Período</u>	<u>Imigrantes Portugueses</u>
1500-1580	100.000*
1581-1640	100.000*
1641-1700	100.000*
1701-1760	600.000
1808-1817	24.000
1827-1829	2.004
1837-1841	629
1856-1857	16.108
1881-1900	316.204
1881-1900	316.204
1901-1930	754.147
1931-1950	148.699
1951-1960	235.635
1961-1967	54.767
1981-1991	4.605

*São dados referentes a soma de 1500-1580 e 1581-1640.

Fonte: IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000.

A chegada dos portugueses ao Brasil teve momentos de expansão e contração ao longo da história, conforme é possível notar na tabela 1. Nos dois primeiros séculos de colonização foi numericamente pouco expressiva – não tendo ultrapassado uma média anual de quinhentas pessoas até o fim do século XVII. De 1500 a 1700, estima-se que aproximadamente trezentos mil portugueses foram ao Brasil (IBGE, 2000). Este movimento migratório foi acompanhado pela imigração africana forçada para o trabalho escravo, apesar das grandes limitações dos dados disponíveis, as avaliações são de que entre 1531 e 1700, mais de seiscentos mil africanos desembarcaram no Brasil.

Os emigrantes portugueses saíram de todo o território luso e formavam um grupo heterogêneo: eram viajantes, aventureiros, militares, funcionários régios, missionários. Todos eles estavam a serviço do Estado, de maneira direta ou indireta, via empresas de âmbito nacional. Nesta fase da formação de Portugal, os discursos relativos às emigrações destacam-na em relação aos fins da coroa. Os emigrantes eram vistos como parte da busca pela riqueza e como apoio a pátria no estabelecimento do império.

Talvez, por isso, seja mais preciso denominar tais migrantes como ‘colonos’, muito embora historiador português Joel Serrão (1970, p. 598) reconheça as dificuldades de, na prática, distingui-los daqueles emigrantes que deixaram o país por iniciativa própria e motivações de ordem pessoal, “independentemente de solicitações oficiais e, até, muitas vezes em oposição a estas”. De qualquer modo, desenvolveu-se a partir daí uma visão heroica e orgulhosa do emigrado. Fato que veio a ser um elemento de relevo na construção da identidade nacional portuguesa (HIGGS, 1990).

A hegemonia portuguesa nunca foi completa no âmbito mundial. De um lado, sua vizinha Espanha impunha-se como grande rival. De outro, o poder econômico das cidades italianas e a concorrência das demais potências europeias no decorrer do século XVI, XVII e XVIII explicitavam as fragilidades do poder português. Os tempos de glória de Portugal foram, por isso, efêmeros.

Um abalo significativo se deu após 1600, quando da ascensão da Holanda. As redes comerciais e, principalmente, financeiras controladas pela Holanda abrangiam o mundo. Soma-se a isso, a incapacidade de Portugal em concorrer vantajosamente com o açúcar produzido nos engenhos das colônias holandesas, inglesas e francesas na América Central.

Portugal tornou-se, então, um império sem hegemonia, mas garantiu suas “posses territoriais derivadas de sua posição prévia na conquista europeia do mundo” (AGNEW, 2008, p. 208). Esta alteração em seu status geopolítico, de certo modo, alavancou o povoamento do Brasil, onde se encontrava uma das suas principais fontes de poder e riqueza, e estimulou a interiorização da população com a finalidade de se buscar ouro.

Na primeira metade do século XVIII a emigração portuguesa ganha volume sem precedentes estima-se que a média de entradas anuais de portugueses no Brasil foi de dez mil pessoas (IBGE, 2000). Com relação a imigração forçada de origem africana, os fluxos também aumentaram significativamente. Estima-se o desembarque de mais de 1,6 milhão de pessoas no decorrer do século XVIII (IBGE, 2000).

O aumento da emigração portuguesa acirrou preocupações da coroa com o povoamento da metrópole. O receio da falta de disponibilidade de mão de obra para o trabalho nas lavouras e do conseqüente aumento dos salários eram preocupações que justificavam a adoção de maiores restrições às saídas, em 1720. Ressalva-se, porém, que as políticas restritivas à emigração já eram estabelecidas desde o início do século XVII, com as Ordenações Filipinas (GONÇALVES, 2010, p. 13).

Por outro lado, as disputas geopolíticas com a Espanha levaram a formulação e execução de uma política colonial de envio de casais e militares dos arquipélagos dos Açores e da Madeira para diferentes partes do Brasil, mas sobretudo da porção meridional, em meados dos setecentos (MADEIRA, 1999). Razões de caráter socioeconômico e natural transformaram a emigração em recurso da população para fuga da miséria em anos de colheitas agrícolas ruins e em casos de catástrofes como terremotos (cf. MADEIRA, 1999, p. 201).

Direcionados pelo poder régio para assegurar, ocupar e explorar áreas das fronteiras imperiais, tal política garantiu a Portugal a posse do que hoje equivale a Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Isto se deu, porque neste contexto foi-se afirmando o princípio *uti possidetis* no direito internacional. A ocupação efetiva passou a ser o objetivo da coroa portuguesa e dos luso-descendentes, os quais “foram esquecendo o meridiano acordado em Tordesilhas” (FERREIRA, 2001, p. 88).

A virada do século XVIII para o XIX foi uma fase conturbada no continente europeu, marcada por disputas de âmbito interestatal e intra-estatal. Neste contexto, Portugal tornou-se alvo de estratégias das potências da época, nomeadamente da França e Inglaterra, uma vez que controlá-lo significava ter acesso às matérias-primas vindas de suas colônias e apropriar-se da sua marinha mercante e militar.

Nos anos da consolidação da hegemonia britânica e todo o período marcado por ela ocorreram complexas mudanças econômicas, políticas, tecnológicas e sociais que alterariam profundamente as relações entre o espaço colonial brasileiro e Portugal. Na sequência da perda da colônia britânica norte-americana e dos déficits na balança comercial em relação a Portugal no fim do século XVIII e início do XIX, o Brasil lentamente foi se tornando alvo das ambições do Reino Unido (ARRUDA, 2008). Dominar o Brasil possibilitaria ao Reino Unido: 1) obstruir a intermediação portuguesa; 2) ampliar o suprimento de matéria-prima (algodão) para indústria; 3) atrofiar a emergente indústria francesa; 4) abrir mercado brasileiro aos produtos ingleses manufaturados (ARRUDA, 2008).

Diante da pressão francesa, Portugal encontrou no Reino Unido o apoio necessário para sua transferência da corte ao Brasil. Desdobrou-se daí a alteração do eixo das relações entre metrópole e colônia, tendo sido sediado o centro administrativo do império na cidade do Rio de Janeiro. Em consequência, houve reestruturação administrativa da colônia, o que culminou em sua elevação à categoria de reino, formando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. São notáveis igualmente os investimentos em bens públicos e infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro. Apontam-se desde a construção de teatro e instituições de ensino à pavimentação de ruas, dentre inúmeras outras obras.

Outro desdobramento destas alterações de âmbito político e econômico foi o acréscimo populacional na cidade do Rio de Janeiro. A cidade recebeu imigrantes portugueses, vindos com a Família Real, e comerciantes estrangeiros, sendo evidentemente os ingleses os mais numerosos.

A compreensão do processo de ruptura política entre Brasil e Portugal, que culminou na independência em 1822 deve considerar esta conjuntura. Nas palavras de Zília Osório de Castro (2006, p.17) tal processo inicia-se com:

“... a deslocação da Corte para a colônia, onde ficou radicada entre 1808 e 1821, fez do Rio de Janeiro a capital do Império, e criou em Portugal o sentimento de dependência colonial, agravado pelas dramáticas consequências das invasões francesas, ao mesmo tempo que ali desenvolvia a vocação da independência brasileira em consonância com os interesses ingleses.

Após a independência o sistema migratório luso-brasileiro adquiriu expressividade numérica em um contexto europeu de aumento de pobreza. Todavia, a emigração portuguesa do século XIX era marcada pela universalidade, espontaneidade, individualidade e isolamento (QUEIRÓS, 2000). Dito de outro modo, emigrar tornou-se uma ideia popular. O homem comum, diante das difíceis condições de vida em Portugal, enfrentava sozinho os custos e riscos da emigração, por sua própria vontade e desprovido do apoio do país de origem, que, pelo contrário, buscava restringir os movimentos de saída de pessoas.

No início do século XIX o aumento da imigração portuguesa foi provocado pela mudança da família real, no período de 1808 a 1817, por exemplo, entraram no Brasil cerca de 24 mil portugueses. Após a independência, a tendência foi ampliação dos fluxos. Estimativas dão conta de que em 1856 e 1857, a média anual foi ultrapassou oito mil imigrantes portugueses. Na sequência da Guerra do Paraguai, precisamente na última década do século, registrou-se mais de 15 mil

imigrantes por ano, perfazendo um total de mais de 316 mil entradas de portugueses no Brasil (IBGE, 2000).

Esta configuração das migrações entre Brasil e Portugal manteve-se pouco alterada até o início do século XX. O Brasil permaneceu sendo destino preferencial dos portugueses até meados do século XX. Muito embora com oscilações significativas (GARCIA, 1998; SERRÃO, 1970).

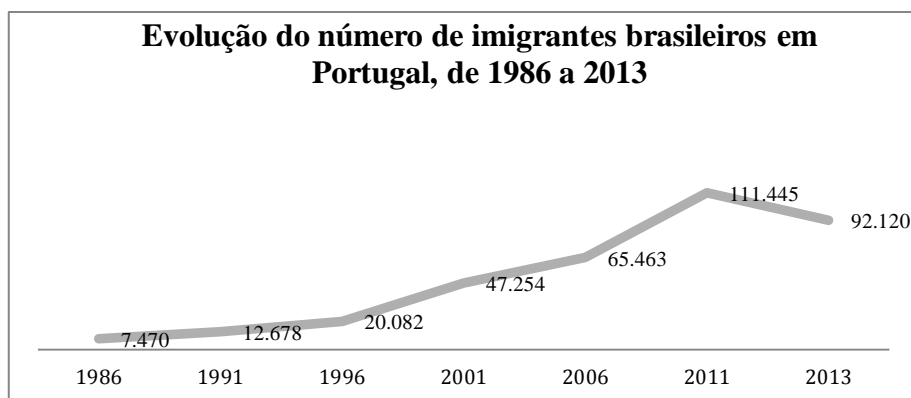
A partir de 1950 o fluxo de portugueses para o Brasil apresentou expressivo declínio, apesar de continuar superando as migrações do Brasil para Portugal. Isso decorreu do fim da Segunda Guerra Mundial e teve em seu fundamento a ajuda econômica oferecida pelo Plano Marshall para reconstrução dos países europeus que foram destruídos pela guerra (ROCHA-TRINDADE, 2001). A Europa conheceu a partir de então elevado dinamismo econômico, o que fez mudar a direção dos fluxos de emigração portugueses, os quais deixaram o além-atlântico para voltarem-se ao interior do continente europeu.

A França foi o país que mais recebeu portugueses no mundo em 1963, tomando a posição histórica do Brasil. Alemanha, Luxemburgo, Suíça, Bélgica, Holanda e Grã-Bretanha também se configuraram como importantes destinos (ROCHA-TRINDADE, 2001). Nesse período a tendência à permanência perdeu a força, enquanto aumentou os casos de retorno ou visitas assíduas a Portugal, pois os percursos eram mais próximos, baratos e rápidos.

INVERSÃO DO PADRÃO: O PREDOMÍNIO DA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL

A presença brasileira em Portugal, apesar de acompanhar cinco séculos de história, adquiriu expressão justamente a partir dos anos 1980, quando se constata seu crescimento expressivo (ver gráfico 1). Tal incremento convergiu para alteração do padrão migratório tradicional que caracterizou o sistema luso-brasileiro.

Gráfico 1



Fonte: SEF. Relatórios de imigração, fronteiras e asilo, 2000 a 2014.

No caso brasileiro a emigração surge significativamente no contexto de crise econômica e política seguida de abertura econômica, aumento de IED e “ausência” do Estado. O Estado passa a deixar a política por conta das grandes empresas (SANTOS, 2001), agindo de acordo com os interesses das mesmas, legitimando sua ação através do discurso da modernização e globalização inevitáveis.

O ápice da crise econômica, na década de 1980, foi decorrente da dívida externa e da falta de financiamento externo, em especial aqueles oriundos dos Estados Unidos, utilizados para as grandes obras públicas de infra-estrutura. Conseqüentemente, o modelo desenvolvimentista em marcha no Brasil desde a década de 1930 mostra-se esgotado, o que leva a conturbados reflexos na esfera política, culminando no fim da ditadura militar, cujo último governo durou até 1985.

É especialmente nos anos 1980 que os Estados Unidos passaram a propor e, mesmo, impor à América Latina e Caribe como um todo, abertura econômica e comercial, caracterizando uma

política de expansão de seu território em termos de mercado. Difundiram-se no continente americano os mandamentos do Consenso de Washington (1989), expressos aí sob a forma de adoção de políticas neoliberais. Tais políticas acabaram por aprofundar o processo de globalização.

Houve abertura comercial, financeira, tecnológica, produtiva e laboral. O território usado passou a expressar a lógica das grandes empresas, as quais extrapolam as fronteiras nacionais, fato que ratificou as desigualdades no país.

Ao abandonar o projeto nacional de industrialização, que caracterizou o período de 1930 a 1980, o Brasil conheceu uma fase de tentativa de controle da inflação, por meio de planos econômicos tais como o Plano Cruzado, o Plano Collor e o Plano Real. Apenas o último foi bem sucedido nessa tentativa de controle inflacionário. Contudo, seus benefícios esgotaram-se rapidamente.

O resultado foi a estagnação econômica e o enfraquecimento do parque produtivo brasileiro, o qual foi incapaz de suportar a concorrência externa. Assim como nos demais países pobres, as técnicas altamente poupadoras de mão-de-obra associadas à difusão de grandes corporações acirrou a grande massa de despossuídos e fez a classe média perder poder aquisitivo. Concomitantemente, em todo o mundo, o setor de serviços ganhou importância sem precedentes, tanto o altamente qualificado como o que abriga os trabalhadores com baixa ou nenhuma formação e qualificação, ou seja, os que estão preocupados com a sobrevivência (MOURÃO, 2005).

Reiterando, a crise enfrentada pelo Brasil na década de 1980 atingiu duramente a classe média, que conheceu um período de redução de salários, desemprego e desocupação (KLAGSBRUNN, 2008). Mesmo com o Plano Real, em 1994, que obteve êxito no controle da inflação, não houve melhoria nas condições dessa camada da sociedade, pelo contrário, houve retração e perda de rendimentos. A falta de perspectiva de melhoria levou a busca por melhoria de condições de vida fora do país.

A redução de renda atingiu a classe média até 2005, quando daí em diante volta a dar sinais de recuperação. Até esse momento, a falta de perspectiva de melhoria levou a busca por melhoria de condições de vida fora do país.

A intenção de diminuir as desigualdades sociais transformou-se numa bandeira importante no Brasil, que adotará então políticas redistributivas e de recuperações salariais, além de ampliação dos postos de trabalho no setor público, o qual na fase anterior passou por significativa contração. Assim, sobretudo a partir de 2005, houve aumentos significativos da renda das classes mais baixas devido, especialmente ao aumento real do salário mínimo e programas de transferência e aumento de renda, somados ao barateamento e expansão do crédito. A participação das classes B e C na estrutura social brasileira aumentou de 50% a 60% entre 2003 e 2009 (Brasil Econômico, 2010).

Essas mudanças culminaram na melhoria recente das condições de uma parcela da população brasileira. Contudo, não houve retração da emigração. A generalização da informação e do consumo, permitida pelos avanços nos meios de comunicação, por sua ampla difusão e pelo uso da primeira a serviço do segundo, também atinge aos mais pobres, fazendo-os desejar partilhar do “consumo moderno” (SANTOS, 2004). A emergência de uma parcela das camadas menos favorecidas a uma situação econômica melhor, permite a essa uma nova possibilidade: morar no exterior. Mesmo que para isso seja necessário o crédito, o qual, dado sua nova situação socioeconômica, igualmente passa a estar disponível. Emerge, assim, uma “nova” classe média no Brasil que mudará o perfil dos emigrantes.

Esses pertencem predominantemente a classe média ou média inferior: “são migrantes com escolarização, em sua maioria de nível médio e dispõem de capital para utilização do meio de transporte rápido – avião” (ROSSINI, 2008, p. 344). Além disso, podem arcar com os gastos iniciais, o que inclui moradia, alimentação, transporte, até conseguirem um trabalho que possibilite sua permanência no novo país.

Atenta-se, a começar daqui, para o caso de Portugal. Paralelamente a emergência significativa das emigrações no Brasil, uma conjunção de diferentes eventos desencadeados especialmente a partir de 1975 leva ao aumento das imigrações em Portugal.

Esse é um período marcado pela crise do petróleo de 1973, pelo fim da ditadura em 1974 e pela adesão à Comunidade Econômica Européia em 1986. Os processos de democratização e descolonização pelos quais passa esse país na segunda metade do século XX redefinem-no tanto internamente como para além de suas fronteiras.

Essa redefinição encontrou no “voltar-se à Europa” uma necessidade, tanto política como econômica. Política porque significava o fortalecimento e garantia a estabilidade da recém-conquistada democracia; e, econômica porque Portugal carecia de recursos financeiros e organizacionais vindos da Europa para superar as perdas de suas ex-colônias.

Portugal criou condições para atração de imigrantes em meados da década de 1970. Estes movimentos iniciaram-se com o retorno de portugueses vindos das ex-colônias e manteve-se na década de 1980 com os fluxos de estrangeiros daí oriundos. Na década de 1990 esta imigração consolidou-se e houve diversificação dos fluxos, com a entrada de asiáticos e pessoas provenientes do leste-europeu (SANTOS, A. L. 2010).

Especificamente sobre os fluxos que se originavam no Brasil, a reestruturação pela qual passava Portugal permitiu o retorno dos que o haviam deixado por motivos políticos, mas também incentivava a volta dos que, por outros pretextos aí viviam. Assim, é uma imigração que se caracterizava pelo retorno de portugueses, muitos aposentados, acompanhados de esposas ou esposos brasileiros e filhos. Esse fluxo para Portugal vai intensificando-se nas décadas seguintes, muito embora seus conteúdos vão se transformando.

Nesse primeiro momento, os imigrantes brasileiros direcionam-se a áreas que tradicionalmente foram emissoras de portugueses para o Brasil. É, portanto, um refluxo que irá se acirrar especialmente na segunda metade da década de 1980, quando a conjuntura econômica e política no Brasil passa a justificar a emigração.

Houve em Portugal um rápido crescimento da comunidade brasileira, a qual, na década de 1980, sai da insignificância e torna-se, na década seguinte, a segunda maior dentre as demais comunidades estrangeiras aí presentes, atingindo no presente a primeira posição.

Dos anos 1980 até meados da década de 1990, pode-se identificar uma primeira onda da emigração brasileira para Portugal. Nesse período a presença brasileira caracterizava-se predominantemente por uma distribuição mais concentrada no norte litoral, evidenciando sua essência de refluxo, manifestada também na porcentagem da população não ativa nessa comunidade, a qual em 1991 chegava a 48%. A população não ativa era composta principalmente de esposas e filhos de portugueses que retornavam para Portugal (MALHEIROS, 2007).

De maneira geral, essa comunidade era formada por pessoas oriundas da classe média, possuíam elevado nível de instrução. Dentre os 52% que trabalhavam, a maior parte lograva engajar-se em segmentos compatíveis com sua formação. Nesse período era comum a presença brasileira em segmentos do mercado de trabalho que exigem alta qualificação (MALHEIROS, 2007).

Um novo fôlego ao fluxo de brasileiros para Portugal é notado a partir de 1999, o que irá culminar no aumento de sua participação no total de estrangeiros em Portugal a partir de 2002. Identifica-se nesse período uma segunda onda da imigração brasileira. Nessa nova fase, a população ativa é dominante, representando, em 2001, 74% do total da população brasileira residente em Portugal. Trata-se, então, de um fluxo majoritariamente laboral, o que irá se refletir na distribuição territorial, agora mais concentrada na área de Lisboa. O nível de instrução das pessoas imigrantes é um pouco mais baixo comparativamente à primeira onda e seu engajamento no mercado de trabalho é maior nos segmentos menos qualificados (MALHEIROS, 2007)..

Durante toda a década de 2000 o saldo migratório português manteve-se positivo, atingindo o máximo de 70.000 pessoas em 2002, decrescendo a partir daí até o mínimo de 3.815 pessoas em 2010 (INE, 2011). O aumento da população estrangeira em Portugal nas décadas de 1990 e 2000 é relacionado a diversos fatores, dos quais se destaca o dinamismo econômico gerado pelo crescimento do investimento europeu no país. Associam-se a isso também a adesão do país ao espaço de Schengen em 1991; os investimentos em infra-estrutura para acontecimento de eventos como a Exposição Mundial de 1998 em Lisboa; a entrada do euro

em circulação em 2002 e, no âmbito extra-europeu, os ataques de 11 de setembro aos Estados Unidos, que, dentre outras conseqüências, resultou na maior restrição à imigração a este país, transformando países europeus como Portugal em “destinos alternativos” para os fluxos migratórios (SANTOS, A. L. 2010).

Para alguns brasileiros as circunstâncias em Portugal se apresentavam promissoras. O euro entrava em circulação como uma moeda forte, sua cotação a tornava mais atrativa do que o dólar. Concorde-se aqui com a idéia de que “a grande motivação é naturalmente as oportunidades de fazer dinheiro, (...) sempre com uma perspectiva de volta. O emigrante brasileiro vê a imigração como uma perspectiva extremamente temporária”(VIANA, 1995).

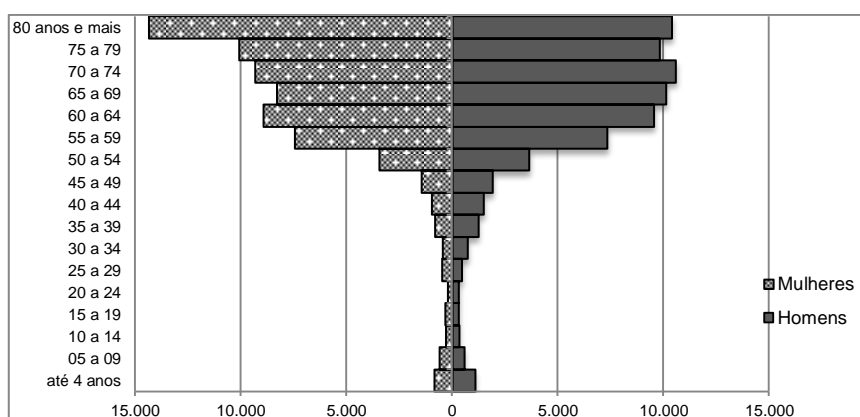
CONFIGURAÇÃO ATUAL DO SISTEMA MIGRATÓRIO LUSO-BRASILEIRO

Nos últimos catorze anos houve uma mudança de conjuntura nos países em questão, com conseqüências para os movimentos populacionais entre ambos. De modo sintético, pode-se enfatizar, de um lado, a retomada do crescimento econômico brasileiro, a adoção de políticas que visam atacar as desigualdades sociais, e sua afirmação no mundo como poder emergente. Por outro lado, o projeto de modernização do território e da sociedade portuguesa, dá evidentes sinais de esgotamento que se expressam na crise econômica e social enfrentada hoje pelo país. Assiste-se, então, a diminuição do fluxo de pessoas do Brasil para Portugal; o aumento do retorno de brasileiros e da imigração portuguesa para o Brasil.

É preciso considerar, porém, que ambos os países veem seus estoques de população brasileira e portuguesa imigrante diminuir. Isto em decorrência, no caso brasileiro, do atual crescimento do fluxo não ter volume suficiente para renovar as perdas causadas pela mortalidade, cujo patamar é relativamente alto, principalmente devido o predomínio da faixa etária idosa, tal como se observa na pirâmide etária deste contingente populacional (ver gráfico 2). No caso de Portugal o estoque diminui porque há diminuição do fluxo, aumento do retorno, da solicitação de nacionalidade e da remigração para outro país.

Gráfico 2

Pirâmide Etária da População Imigrante Portuguesa Residente no Brasil - 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Em 2013 o total de estrangeiros residentes em Portugal era de 401.320 pessoas, o que revela uma diminuição de 3,8% em relação a 2012. Foram registrados 92.120 brasileiros vivendo no país, isso significa uma retração de 12,8%, face ao ano precedente. Também houve diminuição da representatividade da comunidade brasileira no total dos estrangeiros, que de 25,5% em 2011 passou para 23% em 2013. Ainda assim, os registros indicam um fluxo de 6.680 brasileiros em 2013 (SEF, 2014).

Entretanto, se por um lado, os fluxos de migrantes do Brasil para Portugal dão sinais de decréscimo, por outro, como já mencionado, o contra fluxo expandiu-se, formado tanto pelo retorno

de brasileiros como pela ida de portugueses ao Brasil. Tal fato se expressa no saldo migratório negativo em 2013: cerca de 36.232 pessoas deixaram Portugal no decorrer do ano considerado (SEF, 2014).

A amostra do censo demográfico brasileiro de 2010, segundo o critério de data fixa, permite inferir que pelo menos 186.323 pessoas nascidas no país eram retornados do exterior, principalmente dos Estados Unidos, Japão, Portugal e Paraguai. No caso de Portugal, o retorno contribui para a feminização do estoque de brasileiros no país, em 2013, 60,36% deste grupo estrangeiro eram mulheres.

Principalmente os homens retornam ao país de origem, já que são eles os mais afetados pelo desemprego. Isto se deve ao fato de que os principais setores empregadores de homens imigrantes em Portugal são também os primeiros e mais diretamente prejudicados pela crise econômica, como atesta a construção civil. Por sua vez, os setores que engajam as mulheres imigrantes, como os cuidados domésticos, apesar das dificuldades enfrentadas, são menos prejudicados. Isso contribui para que o perfil atual da comunidade brasileira em Portugal seja representado por uma mulher de 30,9 anos, residente em Lisboa, solteira, que estudou pelo menos 12 anos e que trabalha com limpeza.

Com relação aos fluxos mais recentes de brasileiros, convém destacar a pluralidade de situações. Dados obtidos por meio de pesquisa qualitativa permitem inferir que as principais motivações para a migração são: reunificação familiar, amor, redes sociais, língua, oportunidade (estudo/trabalho).

Ainda imigram pessoas por questões laborais, a despeito do aumento do desemprego em Portugal. Quanto à inserção do imigrante brasileiro no mercado de trabalho português, verifica-se um descompasso entre qualificação/formação e atividade exercida, isto é, geralmente as atividades realizadas exigem menor qualificação do que aquilo que as pessoas possuem. As experiências ouvidas levam a consideração de que o fato de ser estrangeiro ora facilita a presença em alguns nichos do mercado de trabalho (como atendimento e restaurantes, por exemplo) ora dificulta.

Simultaneamente, aumentam os casos dos que imigram para fins de estudos. Desde 2008 o Brasil é o país que mais envia estudantes de nível superior para Portugal (IORIO, 2014). Há que se problematizar o uso do termo “migração” para os estudantes, uma vez que este grupo de brasileiros tem respaldo do país de origem, via bolsa de estudo outorgada, majoritariamente, por instituições públicas de financiamento à pesquisa e à educação. Soma-se ainda que o estudante vai ao país receptor com a obrigação de retorno ao país de origem em data previamente fixada e limitada pelas instituições financiadoras. Talvez, isso justifique enquadrar os estudantes como casos de “mobilidade”.

Porém, nada impede que os estudantes se tornem, posteriormente, imigrantes permanentes, com a volta ao país no qual se estudou. Importa destacar que novos fluxos migratórios associam-se a este fluxos de estudantes. Aliás, dado seu caráter novo, tais fluxos podem originar uma terceira onda de movimentos populacionais do Brasil para Portugal. Além disso, reconhece-se congruências de experiências de estudantes com os demais perfis de pessoas que migram, daí o porquê considerá-los.

Referente a reunificação familiar, além da imigração do cônjuge, há também a imigração dos filhos de mulheres e homens que imigraram em uma fase anterior. Soma-se ainda os casamentos entre portugueses e brasileiros ou os relacionamentos e uniões não formalizadas que ensejam o projeto migratório. Quanto às redes sociais, a presença de parentes e/ou amigos no país receptor foi um elemento frequente de justificativa para a migração. A língua, bem como a proximidade cultural foi outro fator de destaque.

As entrevistas realizadas abordaram também a opção pela permanência em Portugal, mesmo no contexto de crise econômica e social pelo qual o país atravessa. Vale salientar que a maioria das respostas dos imigrantes mencionou o custo de vida, o bem-estar-social, a segurança e a família como motivações para não retornar ao Brasil.

A impressão de que o custo de vida é muito maior no Brasil é comum entre os imigrantes brasileiros que tiveram oportunidade de visitar a terra natal. A ideia frequente é que com menos

dinheiro em Portugal se tem acesso a mais bens de consumo do que no Brasil, mesmo na atual conjuntura de crise.

O destaque ao estado de bem-estar-social mais desenvolvido em Portugal do que no Brasil também foi recorrente entre os entrevistados. Neste caso chama atenção a menção a saúde e a educação, especialmente das pessoas com filhos, conforme explicitado no trecho de entrevista a seguir:

“A gente morava com minha avó, e a despesa que ela (a mãe) estava fazendo eram duas: a dela aqui (em Portugal) e a nossa lá (no Brasil). Então ela achou melhor trazer a gente pra cá. Porque aqui a gente ia ter um ensino melhor do que lá, e o custo de vida aqui é muito mais inferior do que lá”. Imigrante brasileiro, 22 anos.

A segurança foi item amplamente salientado pelos entrevistados como justificativa para permanência em Portugal. Considerada uma vantagem do país em relação ao Brasil, nem sempre a menção a esta questão esteve relacionada a experiência de uma situação de violência no país de origem. O trecho de entrevista a seguir é revelador da importância dada pelos imigrantes a esta questão:

“A vida que levo aqui é melhor em termos de segurança. É o único fator que vale a pena. Profissionalmente, eu não estou crescendo, não estou trabalhando na minha área”. Imigrante brasileira, 34 anos.

Por fim, a constituição de família em Portugal muitas vezes protela ou mesmo dissolve a vontade de retorno ao Brasil. Especialmente as famílias com filhos identificam o país de acolhimento como local ideal para que os mesmos cresçam, fato muitas vezes alegado com a menção de algumas das justificativas anteriores.

No que diz respeito a distribuição geográfica dos brasileiros em Portugal há tendência a permanência de maior concentração na região metropolitana de Lisboa. Porém resultados preliminares de estudos em andamento apontam para o maior número de estudantes brasileiros direcionando-se ao norte de Portugal, especialmente na cidade do Porto e seus arredores, fato que no futuro pode levar a novas migrações com este destino (IORO, 2014).

Apesar da maior parte dos brasileiros entrevistados em Portugal dizerem-se satisfeitos com a permanência no país, há desafios cotidianos relatados, dentre os quais são citados as situações de discriminação, o desemprego, e a obtenção da nacionalidade portuguesa. Aqueles que chegaram no início da década de 2000 geralmente afirmam que as situações de discriminação diminuíram em virtude do maior destaque do Brasil no cenário internacional e do aumento da emigração de portugueses para o Brasil.

O desemprego, por seu turno, é um fantasma presente na vida dos imigrantes. Em muitos casos o fato de estar empregado é o que garante a permanência no país de modo regular e em condições sócioeconômicas satisfatórias. Para aqueles que estão empregados, a impressão geral é que as coisas se tornaram mais caras, em outros termos, houve aumento no custo de vida, mas a alteração não foi significativa, mantendo-se as vantagens relativas ao Brasil, visto como país mais caro para se viver. Por fim, a obtenção da nacionalidade portuguesa é almejada pela maior parte dos que ficam em Portugal. Muitos estão a espera do documento para decidir o futuro de seu projeto migratório.

Relativo aos fluxos migratórios de portugueses para o Brasil, segundo dados do Ministério da Justiça (MJ), de dezembro de 2009 a julho de 2011 o número de portugueses regulares aumentou mais de 50 mil, passando de 276 mil para 328 mil. No mesmo período, o total de estrangeiros regulares no país foi de 961 mil para 1,46 milhão, o que denota um crescimento de 50%. De 2008 para 2010, os pedidos de permanência subiram de 10 para 18 mil pedidos e as requisições para naturalização passaram de 1.119 para 2.116 (MJ, 2012).

Aproximadamente 23% dos quase 600.000 estrangeiros que residiam no Brasil em 2010 nasceram em Portugal, segundo dados do último censo demográfico. Do total de portugueses no Brasil, apenas 7% fixaram residência entre 2000 e 2010, isto é, aproximadamente 10 mil pessoas, a grande maioria (90%) imigrou antes de 1990 (IBGE, 2010).

Apesar do recente crescimento da emigração portuguesa para o Brasil, este país não se configura como o principal destino dos movimentos de saída de Portugal. Os portugueses migram sobretudo no espaço intra-europeu. França e Alemanha veem os fluxos serem renovados, enquanto a imigração portuguesa no Reino Unido e Suíça ganham relevo sem precedentes históricos. Sem embargo, as recentes migrações portuguesas para o Brasil colocam este país dentre os principais receptores no continente americano, no qual também sobressaem os Estados Unidos e o Canadá como destinos preferenciais.

O perfil dos imigrantes portugueses no Brasil que fixaram residência entre 2000 e 2010 é sintetizado em uma pessoa do sexo masculino, de 29,6 anos, casado, que estudou mais de 12 anos e trabalha na construção civil. A maioria desses imigrantes, mais de 20%, residem no município de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, João Pessoa e Brasília, o que demonstra uma maior dispersão territorial dos fluxos mais recentes, comparativamente as fases precedentes, nas quais os cinco principais municípios receptores localizavam-se todos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que juntos concentravam mais de 83% dos portugueses imigrantes.

Dentre as principais motivações para a migração as entrevistas permitem inferir como central as relações amorosas, as redes sociais e as oportunidades de trabalho. Os trechos de entrevistas com portugueses a seguir são casos emblemáticos destas situações:

“Sou casado com uma brasileira. Vivemos seis anos em Portugal, mas ela tinha muitas saudades da família. Então, em 2002 decidimos vir morar aqui (no Brasil)”. Imigrante português, 42 anos.

“Vim por muitas razões. Principalmente trabalho. Porque em Portugal, neste momento, não tenho capacidade para arranjar emprego. Uma questão pessoal. Vejo o Brasil como uma aposta de carreira: curriculum. E principalmente porque tenho namorada brasileira. Porque quero manter essa relação. Portanto, quero ficar no Brasil, Percebe?” Imigrante português, 34 anos.

“Trabalho para uma empresa francesa que é o grupo Carrefour. E eles estão com uma dificuldade em encontrar bilíngues português/francês. Então o fato de eu falar muito bem francês e de falar português foi uma boa oportunidade deles superarem esta barreira cultural, de língua, que é difícil combater”. Imigrante português, 26 anos.

De maneira geral, as pessoas entrevistadas dizem estarem satisfeitas com a vida no Brasil, mas destacam que a regularização e as demais burocracias que envolvem documentações são grandes desafios, tal como explicitado por imigrante que tentou solicitar igualdade de direitos:

“Eu cheguei a pedir igualdade de direitos, mas não dá porque só conta a partir do visto permanente. Então não conta. Eu ter estudado aqui, ter vínculos, morar aqui, ter casa, pagar impostos, não conta pra nada! E eu estou vincula a uma empresa, eu sou quase uma escrava, porque eu, por questões de visto, tenho que ficar lá”. Imigrante Portuguesa, 30 anos.

Os portugueses entrevistados, apesar de trabalharem em situação irregular, todos realizavam atividades compatíveis com sua formação. Por parte de alguns entrevistados, há impressão de que ser estrangeiro é um contributo para inserção na sociedade.

Todos os entrevistados fizeram um balanço positivo das suas experiências migratórias. Para os brasileiros, a satisfação justifica-se: pela segurança, pela possibilidade de aprender uma nova cultura e ter contato com pessoas vindas de todo o mundo. Apesar de se tratar de uma migração laboral, nenhum entrevistado afirmou que sua vida melhorou economicamente, destacam sobretudo a qualidade de vida. Os portugueses, por sua vez, destacam o crescimento pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há cinco séculos os deslocamentos populacionais entre Brasil e Portugal são um dos pilares da relação entre estes espaços. Na maior parte desta história de migrações, predominou os fluxos de portugueses para o Brasil.

Após uma fase de inversão dos fluxos, tem havido uma reorganização do sistema migratório luso-brasileiro que ainda não permite afirmações categóricas, apresentando-se como futuro em aberto. É possível notar que estes fluxos foram inconstantes, apresentando momentos de expansão e contração que manifestavam a situação política, econômica e demográfica da área emissora e da área de acolhimento.

Daí decorre uma população compartilhada que revela toda a história de trânsito de pessoas entre os dois países. É formada, de portugueses no Brasil, de brasileiros em Portugal e de nacionais emigrantes retornados. Estaríamos diante, então, de uma população luso-brasileira, uma população para quem vale, ao mesmo tempo, o “estar aqui” e o “estar lá”.

Este artigo apresentou resultados parciais e algumas das reflexões que tem sido desenvolvidas no âmbito de pesquisa de doutorado dedicada a compreender a formação e as transformações, rupturas e continuidades do sistema migratório formado entre Brasil e Portugal. É enfatizado principalmente o período iniciado a partir de 2000, incluindo-se nas preocupações a inclusão das experiências dos imigrantes, apreendidas por meio de entrevistas, com o desafio de interpretá-las de modo associado as dinâmicas da conjuntura econômica e política no âmbito internacional.

As informações recolhidas a partir das entrevistas possibilitam que atentemos às ações humanas e ao modo como elas subvertem as barreiras e os obstáculos institucionais. As experiências de projetos migratórios de brasileiros em Portugal e de portugueses no Brasil evidenciam que apesar das afinidades históricas, culturais, os valores sociais, a língua, dentre outros elementos de união que alicerçam as relações, há muito a caminhar na conquista de direitos, tanto no país de origem como no país receptor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, J. (2008). A Nova Configuração do Poder Global. *Caderno CHR*, 21 (53), 207-219.

AGNEW, J., & CORBRIDGE, S. (1995). *Mastering Space. Hegemony, territory and political economy*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

ARRIGHI, G. (1996). *O Longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp.

ARRUDA, J. J. (2008). O Imperialismo Britânico e o Fenômeno Brasil. *Revista USP* (79), 22-33.

BAKEWELL, O. (2012). *Re-launching migration systems*. Oxford: International Migration Institute Working Papers Series, nº 60.

BAKEWELL, O., de HAAS, H., & KUBAL, A. (2011). *Migration system, pioneers and the role of agency*. Oxford: International Migration Institute. Working Papers Series, nº48.

BRASIL ECONÔMICO. “A nova classe média” Disponível em: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-nova-classe-media_82800.html. (acesso em 16/01/2014).

- CASTLES, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de século Edições, Sociedade Unipessoal.
- CASTRO, Z. . (2006). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal - Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- CEDEPLAR. (2012). *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FAPEMIG.
- CUNHA, J. M. (2012). *Retratos da Mobilidade Espacial no Brasil: os Censos Demográficos como Fontes de Dados*. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Ano XX, nº 39, jul/dez.
- FERREIRA, M. (2001). Os Casais da Ilhas e a Política do Uti Possidetis no Brasil. In: CEHA, *Imigração e Emigração nas Ilhas* (pp. 87-108). Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- GARCIA, J. (1998). *A Emigração Portuguesa. Uma Breve Introdução*. Lisboa: Comunidades Portuguesas.
- GONÇALVES, P. (2010). À Sombra da Lei. Notas sobre a Política de Emigração em Portugal e Itália. VI Seminário Internacional – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. “Um Passaporte para a Terra Prometida” (pp. 01-24). Açores: Universidade dos Açores.
- HIGGS, D. (1990). Portuguese Migration Before 1800. In: HIGGS, David, *Portuguese Migration in Global Perspective* (pp. 7-28). Toronto: The Multicultural History Society of Ontario.
- IBGE. (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. (2010). *Censo 2010*. <http://censo2010.ibge.gov.br>. Rio de Janeiro: IBGE.
- INE. (17 de dezembro de 2012). A População Estrangeira em Portugal 2011. *Destaque. Informação à Comunicação Social*, pp. 1-32.
- IORIO, J. (2014). *La movilidad internacional de los estudiantes de educación superior brasileños para Portugal*. In RAXIMHAI, vol 10, nº1, jan-jun, pp. 213-235.
- KLAGSBRUNN, V. H. (julho de 2008). *A migração internacional de brasileiros para os países desenvolvidos após o 11/9/2001. Condicionantes e perspectivas diante de mudanças nas relações internacionais e nos mercados de trabalho brasileiro e dos países desenvolvidos*”In I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior. Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre Gusmão.
- MABOGUNJE, A. L. (1970). *Systems approach to a theory of rural-urban migration*. Ohio: Geographical Analysis, vol 2, issue 1.
- MACKINDER, H. (2011). O Pivô Geográfico da História. *GEOUSP - Espaço e Tempo* (nº 29), pp. 87-100.
- MADEIRA, A. B (1999). *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimonia.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.). *Imigração Brasileira em Portugal*. ACIDI, Lisboa: Observatório da Imigração, 2007.

MASSEY, D. (2003). Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century. *Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective*. (pp. 01-41). Johannesburg: University of Pennsylvania.

MOURÃO, F. A. A. (2005). “Alca – Mercosul: um discurso desfocado” In CASELLA, Paulo Borba e SANCHEZ, Rodrigo Elían (coords.). *Quem tem medo da ALCA?* Belo Horizonte: Del Rey, pp. 349-396.

QUEIRÓS, J. (2000). *A Emigração como Força Civilizadora*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RAMOS, A. d. (2008). Direitos dos Estrangeiros no Brasil: a Imigração, Direito de Ingresso e os Direitos dos Estrangeiros em Situação Irregular. In: D. e. SARMENTO, *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos* (pp. 721-744). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1986). *Emigração*. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Volume 1. Lisboa: Alfa, pp.205-207.

_____ (2001). *História da imigração em Portugal (I) e (II)*. In *Janus 2001*. Anuário de Relações Exteriores. Lisboa Público & Universidade de Lisboa, pp.69-70.

RODRIGUES, T. F. (2009). *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.

ROSSINI, R. E. (2008) *A presença do ausente: migrantes nikkeis do Brasil no Japão, migrantes japoneses no Brasil*. In REIS, Raquel (org.). *Actas do Congresso Solidariedade Intergeracional*. Lisboa. FCT/CEMRI/Universidade Aberta.

RIBEIRO, O. (1987). *A Formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

SANTOS, A.L. (2010). *Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI*. Dissertação de Mestrado, DG/FFLCH/USP.

SANTOS, M. (2002). *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

SEF (2014). *Relatório Estatístico de Imigração, Fronteiras e Asilo 2013*. Lisboa: Núcleo de Planeamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SERRÃO, J. (1970). *Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa*. *Análise Social*, XVIII ((32)), 597-617.

SILVA, R. & FERNANDES, D. (2013). *Migração Internacional de Retorno no Brasil: um novo desafio?* 14º Encontro dos Geógrafos da América Latina – EGAL, Perú, 16p.

TREWARTHA, G. (1974). *Geografia da População. Padrão Mundial*. São Paulo: Editora Atlas S.A.

VIANA, C. (1995). *Audiograma. Sociologia das Migrações*. Entrevista concedida à Profª. Maria Beatriz da Rocha-Trindade no âmbito do curso de Sociologia das Migrações. Universidade Aberta.